
O discurso da/na Educação: Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN

CLEUSA MARIA ALVES DE MATOS*

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar as cartas que o Ministro da Educação e do Desporto - Paulo Renato Souza (1998)- direciona aos professores em diferentes níveis de atuação: Ensino Fundamental e Ensino Médio para apresentar-lhes o documento que explicita a proposta de reorganização curricular nacional. Verificamos, sob o conjunto teórico da Análise do Discurso de linha francesa, o processo de construção do discurso na elaboração das cartas. Tomamos como objeto de reflexão as formações discursivas e as condições de produção do discurso, permeado pelo contexto histórico-social e ideológico. Encontramos na análise das cartas um discurso político sustentado pela formação ideológica e uma proposta fragmentada na crença de que o documento é a garantia de competência no trabalho educacional.

Palavras-chave: Análise do discurso. Formação discursiva. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN.

INTRODUÇÃO

As relações de dominação social e política que caracterizam uma sociedade de classe são permeadas pela linguagem constituída num determinado contexto de produção, articuladas pelo movimento do texto e da historicidade nele inscrito. Reconhecendo a linguagem enquanto discurso e modo de produção social, e não como um universo de signos que serve apenas para comunicação ou suporte de pensamento, partimos da proposição de que o discurso deve ser estudado dentro de um contexto histórico-social, onde nem a sociedade é dada como pronta, nem a linguagem como produto. Linguagem, sociedade e discurso se constituem mutuamente. E para observar

* Mestre em Letras pela UEM - Doutoranda em Estudos da Linguagem pela UEL - Professora de Linguística: Linguagem e Comunicação no curso de Fonoaudiologia da Uningá.

esse processo de constituição é que nossa análise procura observar o discurso em suas condições de produção.

O enfoque que ora assumimos está voltado ao conjunto teórico da Análise do Discurso preconizado por um quadro epistemológico que engloba diversas vertentes sobre a linguagem. Tomamos como objeto de reflexão as formações discursivas, as condições de produção do discurso e o processo discursivo permeado pelo contexto histórico-social e ideológico.

Delimitamos para o *corpus* três cartas direcionadas aos professores pelo Ministro da Educação e do Desporto – Paulo Renato Souza – para apresentar-lhes os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento que estrutura a proposta e o trabalho escolar das diferentes áreas curriculares, detalhando os objetivos, os conteúdos, a avaliação e as orientações didáticas, para redefinir o papel da escola e da educação na sociedade brasileira. Consideramos o texto como a forma material sobre o qual incidiu esta análise, e verificamos o processo da construção do discurso sob três modalidades de ensino: primeiro, a carta direcionada ao professor das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental; segundo, a carta ao professor da quinta à oitava série do Ensino Fundamental e terceiro, a carta ao professor do Ensino médio.

A idéia básica mobilizada para o empreendimento da pesquisa é promover discussões sobre as condições de produção concernentes ao discurso veiculado nos PCN. Refletimos sobre a política educacional institucionalizada atualmente e sobre as concepções teóricas que permeiam o discurso na elaboração das cartas.

AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS E A LINGUAGEM

Pensar a linguagem implica, necessariamente, pensar o contexto em que ela ocorre, partindo do princípio de que seu uso é uma prática sócio-histórica, um modo de vida social constituída pela interação. Mediante as condições de produção de texto, é que os sujeitos constroem o discurso desta ou daquela maneira, em virtude do interlocutor real ou imaginário.

Para compreender como o discurso se constitui em seus sentidos, passamos às considerações que nos permitem acrescentar o conceito de discurso, o de texto e o de contexto. Orlandi (2002) assegura que o discurso é viabilizado pela linguagem em interação, ou seja, as suas condições de produção estabelecida pelos interlocutores. O contexto é constitutivo da significação do que se diz e o discurso é lugar social. Nessa perspectiva, consideramos o texto como unidade de análise do discurso e pode ter qualquer extensão, uma simples palavra até um conjunto de frase. O que o define é o fato de que ele é uma unidade de significação em relação à situação. Sendo o texto um espaço, mas um espaço simbólico, não fechado em si mesmo, tem relação com o contexto. E de acordo com as condições de produção, a noção de contexto histórico de ser considerada. Dessa forma, passam a contar desde as determinações no contexto imediato (ligado ao momento da interlocução) como as do contexto mais amplo (como a ideologia). Os diferentes contextos não estão no mesmo plano; eles se contrastam entre si e encontram-se em constante tensão, interação e até mesmo conflito.

Brandão reconhece que:

A língua constitui a condição de possibilidade do “discurso”, pois é uma espécie de invariante pressuposta por todas as condições de produção possíveis em um momento histórico determinado; os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso e a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido. Segundo essa perspectiva, se o processo discursivo é produção de sentido, discurso passa a ser o espaço em que emergem as significações. [...] E aqui, o lugar específico da constituição de sentidos é a formação discursiva, noção que, juntamente com a de condição de produção e formação ideológica, vai constituir uma tríade básica nas formulações teóricas da análise do discurso (2002, p.34-35).

Prosseguindo, a autora esclarece a definição de condições de produção de Pêcheux (1969), considerando que:

Os protagonistas do discurso, não a presença física de “organismos humanos individuais”, mas a representação de “lugares determinados na estrutura de uma formação social” [...] No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis, acham-se representadas por uma série de “formações imaginárias”. Os termos “imagem” ou “formação imaginária” podem perfeitamente ser substituídos pela noção de “papel”. (BRANDÃO, 2002, p.36).

Na sociedade, os indivíduos ocupam diferentes lugares ou papéis, cada um marcado por propriedades diferenciais, que conferem ao sujeito estabelecer relações num jogo organizado em posições interiores políticas e ideológicas. O texto selecionado para compor a análise da pesquisa consiste basicamente na reflexão sobre os mecanismos a que o sujeito recorre em seu discurso, possibilitado pela posição que ocupa diante de seu interlocutor. Esse jogo de intenções Brandão define como sendo as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica, leva em conta o que a relação de classe determina “o que pode e deve ser dito” (BRANDÃO, 2002, p.38), a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.

As condições de produção que constituem os discursos funcionam com certos fatores. Um deles é o que chamamos de relação de sentidos. Quer dizer que os sentidos resultam de relações com outros dizeres já realizados e de relação de forças, isto é, o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, quando o sujeito fala a partir do lugar que ocupa - de Ministro da Educação - suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos educadores, uma vez que a sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de forças, sustentadas pelo poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”.

Considerando que o imaginário faz parte do funcionamento da linguagem e para a análise de discurso constitui uma das condições básicas para o processo de significação do discurso, inevitavelmente as imagens que elaboramos de determinados assuntos, indivíduos ou instituições não surgem do nada; são formadas através do modo como as relações sociais ocorrem na história e como são organizadas através das relações de poder. As imagens que temos da educação, das políticas educacionais, das instituições governamentais, da escola, dos professores e até mesmo dos alunos são resultados das relações de uma conjuntura sócio-histórica previamente já formuladas.

As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e à historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos, assim, a imagem da posição ocupada pelo sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que eu estou lhe falando; do que ele me fala?). É, pois, todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras.

Pêcheux (1995), por sua vez, denomina formação discursiva:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, isto numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (p.160).

Devemos lembrar que o sujeito discursivo é pensado como uma posição entre outras. Não é uma forma de subjetividade, mas um lugar que ocupa para ser sujeito do que diz. Para Foucault (1969), é a posição que deve e pode ocupar todo o indivíduo para ser sujeito do que diz.

Estamos tratando de questões que são intimamente ligadas e as considerações abordadas sobre formação discursiva direcionam para a compreensão do modo peculiar das relações com a ideologia, o que nos permite melhor entendimento de como se constituem os sentidos desse dizer.

Pêcheux assegura que

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, as expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (1995, p 160).

Ressaltamos, sob a ótica do autor, que as palavras, expressões, proposições recebem sentido em cada formação discursiva na qual são produzidas e nas relações que tais palavras, expressões e proposições mantêm com as outras.

Considerando a ordem geral da sociedade, os cidadãos são classificados e até estigmatizados por seu pensamento (político, religioso, científico), o que denuncia sua historicidade. Em numerosos discursos, os efeitos que decorrem são classificações comunistas, socialistas, reacionários, conservadores, revolucionários porque a interpretação que se busca não se revela apenas pelos constituintes lingüísticos materiais

do texto, mas também pelos implícitos acompanhados pela orientação intencional do locutor (POSSENTI, 2001).

Para tratarmos das questões da variação no domínio do discurso, observamos a necessidade de apresentar a noção de tipologia de discurso considerada por Orlandi (1996). Para analisar os discursos, a autora estabelece a dimensão histórica e o funcionamento social para incorporar a relação da linguagem com suas condições de produção. O tipo de discurso resulta do funcionamento discursivo, sendo determinado para um interlocutor, por um falante determinado, com finalidades específicas. Pêcheux (1969, p.95) observa que “esse ‘determinado’ não se refere nem ao número, nem à presença física, ou à situação objetiva dos interlocutores; trata-se de formações imaginárias, de representações, ou seja, da posição dos sujeitos no discurso”.

Orlandi estabelece uma distinção entre a tipologia dos discursos: discurso lúdico, discurso polêmico e discurso autoritário. Os critérios para estabelecer essa tipologia derivam das características da interação e da polissemia. A interação é o critério que leva em conta o modo como os interlocutores se consideram. Há uma disputa entre eles e procuram o controle da situação com o discurso empreendido e o critério da reversibilidade determina a dinâmica e o grau maior ou menor de trocas de papéis entre locutor e ouvinte. Desse mecanismo, dessa forma de relação entre o interlocutor com o objeto do discurso deriva o critério da polissemia, que é controlada, também com maior ou menor carga.

Orlandi distingue os tipos de discurso:

Discurso lúdico: é aquele em que a reversibilidade é total, a polissemia é aberta [...]. O discurso polêmico: é aquele em que a reversibilidade se dá sob perspectivas particularizantes dadas pelos participantes que direcionam o discurso. A polissemia é controlada [...]. O discurso autoritário: é aquele em que a reversibilidade tende a zero, estando o objeto do discurso oculto pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso e a polissemia contida (ORLANDI, 1996, p.154).

Observamos que a caracterização das tipologias de discurso não constitui necessariamente de forma pura, fechada. Há misturas de tipos. Além disso, há um jogo de dominância entre eles que deve ser observado em cada prática discursiva. Isto quer dizer que não podemos considerar o discurso autoritário como o ato de ordenar, o polêmico como o ato de perguntar e o lúdico como o ato de dizer.

O DISCURSO POLÍTICO EDUCACIONAL

No exercício do magistério percebemos a necessidade de compreender e reconhecer que a educação tem um percurso histórico e social manifestado pelas políticas de relações sociais, que se estabelecem por meio de vários discursos. Ao produzir um discurso, o sujeito acredita na legitimidade desse discurso.

Atualmente, a educação está em pauta nas discussões da conjuntura mundial e uma das questões volta-se às políticas educacionais que têm por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

qualificação para o trabalho. Assim, é papel do Estado democrático: facilitar o acesso à educação, investir na escola para que essa se instrumentalize, preparando crianças e jovens para as possibilidades de participação política e social na comunidade.

Alguns dados sobre a educação brasileira, mencionados nos PCN, demonstram que o quadro educacional ainda é insatisfatório, e alguns indicadores quantitativos e qualitativos colocam o Brasil em desvantagem, se comparado com outros países em desenvolvimento. Nas últimas décadas, as portas das escolas brasileiras foram abertas para as camadas populares, sem a devida preparação para as mudanças e sem investimentos necessários tanto em recursos humanos como em recursos materiais.

Há um descompasso entre a realidade de atuação no espaço escolar e os discursos veiculados pela Secretaria de Educação e dos órgãos governamentais. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) estabelece que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Para a garantia desses objetivos, a lei incumbe à escola a proposição de um conjunto de práticas educativas para que os alunos se apropriem dos conteúdos sociais e culturais.

Compreendemos que, ao elaborar os PCN, o objetivo da Secretaria de Educação foi apresentar, em linhas gerais, uma referência curricular nacional para o Ensino Fundamental e Médio e convocar as escolas à operacionalização de mais um projeto educativo.

O DISCURSO

Os usuários de uma língua manipulam estrategicamente a produção do discurso em situações específicas, dentro de um contexto sócio-cultural. O enfoque que privilegamos, na análise das cartas, corresponde às condições de produção dos discursos. O texto é apresentado aos professores interlocutores em diferentes níveis de atuação, Ensino Fundamental e Ensino Médio e tendo como protagonista do discurso o ministro da Educação Paulo Renato Souza.

De acordo com a classificação da tipologia apresentada por Orlandi (1996), o discurso empreendido nestas cartas deixa transparecer as características do discurso autoritário, em que a reversibilidade é praticamente zero. Não há troca de papéis. O ministro direciona o discurso politicamente em virtude da função que exerce no poder público para atingir as metas propostas. O que justifica a função pública são as conveniências. No caso específico de nossa análise, é conveniente que a educação seja considerada como um bem comum e que toda a população possa ter acesso a ela. No entanto, a política estabelecida pelos órgãos do governo inviabiliza a apropriação do saber cultural e científico conferido à educação e através da “facilitação” há um mascaramento dessa construção de conhecimentos com resultados de pesquisas.

Dentre algumas pesquisas veiculadas pelos órgãos governamentais, os indicadores sociais apontam que a Educação no Brasil está sendo recuperada e há crescentes conquistas com vários programas e projetos, dentre os quais estão Programa de Merenda Escolar; o Programa Nacional do Livro Didático; os Parâmetros Curriculares Nacionais; o ENEM e o Bolsa-escola.

O indicativo que demonstra a realidade educacional brasileira é o relatório dos resultados do Projeto de Avaliação Internacional de Jovens (PISA), o qual é dirigido pelos governos dos países participantes, coordenados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). O relatório do programa e a análise dos dados representam grande contribuição para que os governos federal, estadual e municipal possam tomar decisões quanto às políticas educacionais necessárias e definir os investimentos a serem realizados. O PISA revelou que a capacidade dos estudantes brasileiros para aplicar seus conhecimentos em habilidades denominadas competências, destrezas ou compreensão leitora está abaixo da média dos demais países (32 países) que participaram da avaliação em 2000.

A política educacional e os programas de aplicação desenvolvidos atualmente no Brasil precisam ser reavaliados para que possam ser capazes de mudar a realidade da escola, pois só os discursos não transformam a Educação. É necessário, entretanto, conscientização, investimentos e práticas eficazes para educar, mas educar bem.

ANÁLISE DO CORPUS

Verificamos, inicialmente, a relação existente entre as diferentes superfícies lingüísticas. Face ao mesmo processo discursivo, as palavras mudam de sentido, levando em consideração o interlocutor de cada uma das cartas. O texto 1 está direcionado aos professores de 1ª a 4ª séries que apresentam um nível básico de formação - o antigo magistério - e atualmente, de acordo com as exigências da LDB, há um maior número de professores que estão concluindo a graduação em Pedagogia. Os professores de 5ª a 8ª séries, a quem o texto 2 está direcionado, apresentam formação específica na graduação e espera-se que estejam mais preparados para atuar em área específica. O texto 3 está direcionado aos professores do Ensino Médio que, segundo as perspectivas educacionais, apresentam melhor competência para trabalhar com o jovem que, ao concluir o ensino médio, prepara-se para integrar o mundo do trabalho.

No texto 1, parágrafo 5, o ministro, ao esclarecer sobre a elaboração do documento, generaliza com *muitos participaram, honrados e orgulhosos produziram o material* - os Parâmetros. No texto 2, parágrafo 4, o enunciado se diferencia e encontramos o resultado de *longo trabalho da participação de muitos educadores que têm experiências e estudos*. Veja que *um longo caminho* pode estar implícita a trajetória missionária de atuar como professor. No texto 3, parágrafo 3, ao afirmar: *os Parâmetros são o resultado de meses de trabalho e de discussão*, podemos constatar que trabalho torna-se empreendedor, pois logo a seguir aponta a atividade pedagógica do professor como trabalho e não como missão, como ocorre no discurso da carta 2.

Na análise de discurso, um texto é considerado um exemplar do discurso, ou seja, falamos sobre o discurso, e não sobre o texto que é a unidade de análise, a materialidade lingüística (marcas e pistas que o sujeito fornece para organizar o discurso). Verifiquemos o último parágrafo das cartas. Na carta 1: *Estamos certos de que os Parâmetros serão instrumento útil*. Na carta 2: *esperamos que os Parâmetros sirvam de apoio [...]* Na carta 3: *Ao entregá-lo a você, reafirmamos...* A materialidade lingüística apresentada no texto 1 (aos professores de 1ª a 4ª série) evidencia que o discurso do ministro revela certa tutela aos professores, subestimando-os. No entanto, o texto dirigido aos professores do ensino médio recorre ao discurso de forma objetiva e direta,

pois menciona duas vezes o pronome de tratamento *você*, demonstrando credibilidade e aproximação para com estes educadores.

Observamos que as formações imaginárias constituídas no discurso podem ser caracterizadas seguindo o esquema: o quê?, quem?, para quem?, por quê?, como? O ministro direciona o discurso aos professores para apresentar-lhes as razões da organização e da distribuição do material pedagógico que passa a ancorar a educação no Brasil. Os verbos empregados no texto são articulados para validar a ideologia de que o professor que trabalha com as séries iniciais precisa ser “ajudado” em sua prática pedagógica. As construções enfáticas: *nosso objetivo é auxiliá-lo... O propósito é apontar metas [...]* pressupõe-se que o professor não dispõe de formação básica para desenvolver seu trabalho educativo com as crianças e precisa de auxílio. Há indução de raciocínio argumentativo em direção ao descrédito dos professores, pois, de acordo com a formação imaginária, o governo encontra-se numa posição de privilégio e sem neutralidade aponta sua ideologia. No texto 2 encontramos as construções: *É com imensa satisfação que entregamos [...]* com a intenção de ampliar e aprofundar um debate educacional. Para ampliar e aprofundar conhecimentos, pressupõe-se que haja alguma competência anterior. Isto é, subentende-se que os professores que atuam no ensino de 5ª a 8ª séries possuem melhor senso crítico para analisar a proposta dos PCN e conseqüentemente inseri-la em sua prática pedagógica. O texto 3 menciona o objetivo dos PCN com a seguinte expressão: *servirão de estímulo e apoio à reflexão de sua prática [...]* contribuindo ainda para sua atualização profissional. O discurso empreendido neste texto difere dos textos anteriores: sugere ao professor que reveja seu trabalho educativo disponibilizando os PCN para melhor aperfeiçoar sua competência e atualizar-se frente às mudanças do mundo contemporâneo.

Revisitando o conceito de formação discursiva, ressaltamos que os textos apresentam basicamente as mesmas condições de produção. Elas compreendem os sujeitos e a situação. Sujeitos compreendidos pelos professores interlocutores e o ministro, o locutor. A situação pode ser considerada pelo contexto imediato e pelo contexto amplo. O contexto imediato é formado pelas instituições educacionais, os educadores e professores que recebem o documento que oficializa e fundamenta as bases educacionais da Nação. No contexto amplo, de um lado, consideramos o efeito de sentido dos elementos constitutivos da sociedade, isto é, o modo como os professores recebem os PCN, sua aceitação, sua rejeição, sua aplicação e ainda o conceito de juízo de valor que os professores têm a respeito das decisões e das ações dos órgãos governamentais, ou seja, a imagem que eles têm dos representantes públicos. De outro lado, consideramos o modo como o governo considera o professor, de como organiza o poder distribuindo posições de mando e ordem: o governo legitimado pela posição social e pelas relações de forças – lugar a partir do qual fala ministro da educação – de modo que suas palavras exercem uma determinada autoridade regida pelos fatos historicamente organizados.

As relações de forças que se estabelecem sob o modo do funcionamento das formações imaginárias, podem ser exploradas com as seguintes características: a imagem que o governo tem do professor e a imagem que o governo tem de si próprio. Este mecanismo forma o jogo de imagens.

Orlandi esclarece:

O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade a nossa, por relações de poder. A imagem que temos de um professor, por exemplo, não cai do céu. Ela se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições. [...] Os sentidos não estão nas palavras. Estão aquém delas. [...] As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (ORLANDI, 2001, p. 42).

A construção dos diferentes níveis do discurso deixa transparecer que as palavras ou as expressões assumem um sentido próprio, constituído em cada formação discursiva, evidenciando a dominância do discurso político autoritário.

CONCLUSÃO

As relações que se estabelecem no interior de cada discurso determinam para os interlocutores algumas obrigações, por intermédio das quais se altera a situação dos participantes. Procuramos apresentar no decorrer das considerações delineadas algumas questões específicas sobre os processos da construção do discurso que são perpassados pelo contexto histórico e pela formação ideológica. A elaboração deste trabalho não tem a pretensão de buscar respostas à pergunta inicial, mas sim refletir sobre a relação de forças entre as diferentes classes sociais, e especificamente como parte da tarefa desta pesquisadora, observar e refletir, de um lado, sobre o papel ou posição desempenhada pelo Governo, e de outro, sobre papel desenvolvido pelos professores. Observamos que essa relação constitui-se, principalmente, pelo discurso político educacional sustentado pela formação ideológica.

O contexto histórico estabelece o lugar social entre os interlocutores. Encontramos na análise das três cartas de apresentação dos PCN um discurso político que induz os professores à crença de que o documento é garantia de sucesso para o trabalho pedagógico educacional. O discurso ventila o sentido que o Governo está cumprindo sua responsabilidade diante das camadas sociais: organiza as diretrizes básicas para o trabalho escolar como uma receita pronta para solucionar os problemas existentes no sistema educacional. O Ministro articula o discurso evidenciando a necessidade de garantir a democratização do sistema do Estado, mas a proposta insere-se, mais uma vez, dentre as várias políticas que perpassam a educação brasileira há décadas, na fragmentação do saber cultural da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 2002.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: primeira a quarta série do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** ensino médio: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

RELATÓRIO PISA e o problema da leitura. *Jornal do Professor*. Primavera de 2002. Moderna. Disponível em <www.moderna.com.br.> Acesso: 20 mai 2002.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1996.

_____. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1995.

_____. M. **Análise automática do discurso.** Campinas: Unicamp, 1969.

POSSENTI, S. **Discurso, estilo e subjetividade.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.